

Cavaco Silva  
- 1987 -

# MANIFESTO ELEITORAL

# PORTUGAL NÃO PODE PARAR

---



Cavaco Silva

1987

**PORTUGAL  
NÃO PODE PARAR**

P.S. D. - Partido Social Democrata  
BIBLIOTECA  
N. 671

# PORTUGAL NÃO PODE PARAR

Com o Governo do PSD, os últimos dezoito meses começaram a mudar a face do País. Com seriedade, determinação, competência e rigor, Portugal foi-se tornando mais próspero e mais moderno. Criámos mais riqueza e mais emprego, conseguimos uma maior justiça social, valorizámos a dimensão humana dos indivíduos.

Fomentámos um clima de estabilidade, de confiança e de concertação social que fez despertar novas forças para o desenvolvimento da economia e do bem-estar social.

O nível de vida dos portugueses é agora melhor do que era antes e demos passos muito significativos no sentido de garantir a todos os indivíduos uma segurança social mínima.

O primeiro ano da integração de Portugal nas Comunidades foi um sucesso indesmentível. Com trabalho, inteligência e vontade, soubemos aproveitar da melhor maneira as oportunidades que resultaram da adesão à Europa Comunitária.

Portugal é hoje um País respeitado e ouvido pela Comunidade Internacional.

Mas há muito ainda por fazer.

É preciso continuar: Portugal não pode parar.

Para isso é preciso um poder político estável, que gere um clima de confiança, que enfrente os problemas e dê respostas concretas às novas situações económicas, tecnológicas, culturais e sociais. Que concretize as reformas inovadoras requeridas pela modernização do País.

Só num clima de estabilidade governativa e com espírito de solidariedade será possível responder aos anseios de liberdade, de justiça social e de respeito pela dignidade humana, e de realização de uma efectiva igualdade de oportunidades.

Só num clima de estabilidade governativa será possível ganhar o desafio da integração europeia e tirar Portugal da cauda da Europa.

Só um clima de estabilidade permite desenvolver a criatividade das pessoas e das comunidades para o enriquecimento dos indivíduos e o engrandecimento do bem comum.

Os portugueses vão ser chamados a votar no próximo dia 19 de Julho. A escolha é decisiva e clara, não permite ambiguidades.

Está provado, e os portugueses bem o sabem, que a resposta para os nossos problemas não pode vir dos partidos da oposição.

Estes partidos representam o passado, são incapazes de se adaptar às mudanças dos tempos modernos, não têm um projecto para o País, minimamente coerente e credível. Persistem nos erros e descaminhos que só agravariam as dificuldades do País.

Um Governo daqueles partidos destruiria o clima de confiança, levaria ao descrédito na acção política e na economia, seria fonte de desilusões e descrença e um caminho certo para a crise, a austeridade, a rápida degradação do nível de vida de todos e de cada um dos portugueses.

Votar no PSD, pelo contrário, significa a estabilidade, o progresso e o bem-estar. No diálogo e na concertação. Para construir um Portugal diferente que consolide a nossa confiança e abra perspectivas para um futuro feliz dos nossos filhos.

O Governo PSD baseará a sua acção na liberdade, no desenvolvimento harmonioso e na valorização das capacidades criativas e modernizadoras de que os portugueses são portadores. Enfrentará, de forma coerente e determinada, os principais problemas e desafios que se colocam ao nosso País.

O futuro Governo PSD vai, pois:

#### **Unir os Portugueses e fortalecer a democracia.**

Desenvolver novas formas de participação dos cidadãos na vida colectiva, repudiando o confronto social como instrumento de acção política.

#### **Consolidar o progresso, criar mais riqueza e distribuir melhor.**

Fomentar a livre iniciativa, proporcionando maior eficiência na afectação dos recursos, estimular a produção, o progresso material, criar novos postos de trabalho.

#### **Promover o bem-estar social e reforçar a solidariedade.**

Favorecer a igualdade de oportunidades, promovendo a justiça social, o apoio aos mais desfavorecidas e a melhoria da qualidade dos serviços de saúde.

#### **Apostar nos Portugueses para ganhar o futuro.**

Cuidar da realização pessoal e profissional dos cidadãos, promover a utilização das suas capacidades e a sua valorização em todos os aspectos essenciais e a participação nos destinos colectivos da sociedade.

Confiamos nos Portugueses.

Juntos seremos capazes de construir um Portugal moderno, livre, mais próspero e mais justo. A realização deste sonho, a concretização desta aposta no futuro está agora mais perto do que nunca e ao alcance dos Portugueses.

O Manifesto Eleitoral que o PSD apresenta contém as linhas de força do que queremos conseguir. Por isso os cidadãos irão dar-nos a sua confiança, porque eles, como nós, sabem e sentem que:

**PORTUGAL NÃO PODE PARAR**



## CAPÍTULO I

# UNIR OS PORTUGUESES: FORTALECER A DEMOCRACIA

Treze anos passados sobre o 25 de Abril de 1974, está por conseguir um consenso alargado e sólido sobre as instituições e sobre as regras do seu funcionamento.

Sintoma primeiro dessa realidade traduz-se no facto de a Constituição da República, nas suas diferentes partes, ter vindo a ser, ao longo destes tempos, objecto de polémica e pomo de discórdia.

O pluralismo de opinião e a competição pelo poder democrático não devem prejudicar a necessidade de as traves-mestras do regime político, em sentido amplo, e do sistema económico não serem constantemente postas em causa. Ou, dito de outro modo, essa diferença não deve impedir o Povo de ser livre, a todo o momento, de escolher maioritariamente o rumo que deseje para si próprio.

Esse consenso é ponto de partida essencial para concretizar a reforma de que o Estado carece, de modo a tornar-se mais eficaz e mais útil.

O futuro Governo do PSD deseja que os Portugueses se sintam, cada vez mais, como Nação orgulhosa do seu passado e pronta para os desafios do futuro. Portugal tem que ser protagonista activo da construção da Europa Ccmunitária e estar presente, pelas suas muitas comunidades espalhadas pelo Globo, nas empolgantes tarefas que se deparam ao mundo de hoje.

Unindo mais os Portugueses, consolidando a liberdade, prosseguiremos no caminho do progresso e do desenvolvimento.

**REVISÃO CONSTITUCIONAL E LEIS ELEITORAIS:  
TORNAR A CONSTITUIÇÃO UM FACTOR DE UNIDADE.  
RESPONSABILIZAR OS ELEITOS. REFORÇAR A ESTABILIDADE**

O PSD entende, como sempre entendeu, que a Constituição deve ser um instrumento de união dos Portugueses e de fortalecimento da democracia. Nesses termos, o PSD, para a próxima revisão constitucional, definiu os seguintes objectivos:

- Compatibilização do texto constitucional com os valores democráticos e a cultura do Povo Português, eliminando todas as disposições marcadamente ideológicas que constituem sequela do clima do «Verão Quente» de 1975 e das acções das forças político-militares então dominantes;
- Simplificação e maleabilização do sistema económico previsto na Constituição, alterando ou eliminando as normas constantes do texto actual que parecem servir apenas para impedir o clima de confiança e o progresso da sociedade portuguesa, no respeito pela vontade maioritária do Povo Português.

### **Aumentar a eficácia das instituições**

Para conseguir uma maior eficácia do sistema político, o PSD procurará a adaptação do sistema político à realidade portuguesa actual, tomando em linha de conta as experiências feitas desde o 25 de Abril e procurando assegurar a total representatividade das instituições, tal como a sua maior eficácia, a fim de aumentar a governabilidade da democracia portuguesa.

Para alcançar este objectivo, o PSD pugnará por:

- Clarificar as relações institucionais da Assembleia da República com o Governo, tendo em conta as exigências da lógica do sistema semipresidencialista, que deverá ser mantido e reforçado;
- Reduzir o número de deputados à Assembleia da República;
- Aproximar eleitos e eleitores e propiciar condições acrescidas para a formação de maiorias estáveis, assegurando um equilíbrio ponderado e semelhante ao das outras democracias, entre os valores da fidelidade na representação e da estabilidade institucional;
- Consagrar o referendo de modo a proporcionar uma maior participação política aos cidadãos.

### **PSD: papel insubstituível no diálogo para o consenso sobre as instituições**

O PSD deseja promover o maior consenso dos Portugueses em torno da sua Lei Fundamental. Como maior partido e atendendo à sua posição central no espectro partidário, desenvolverá um diálogo intenso, não só dentro do Parlamento, mas também com todas as instituições representativas da sociedade portuguesa que conferem à Nação boa parte da sua energia histórica e a riqueza da sua singular expressão cultural. A melhor Constituição para um Povo exige sempre um consenso nacional em torno dos seus princípios e da sua própria linguagem ou discurso normativo.

### **JUSTIÇA: UMA JUSTIÇA MAIS RÁPIDA, UMA VIDA MAIS SEGURA**

A obra de modernização da Justiça, cortando as amarras que ainda a prendem a um tempo ultrapassado, terá que justificar a confiança dos cidadãos e realizar decisivos interesses sociais.

Há que prosseguir na desburocratização dos tribunais: uma justiça lenta deixa de ser justa. Isto, porém, sem que resultem afectados os valores da segurança e da dignidade das instituições e das pessoas. Assim, o futuro Governo do PSD prosseguirá as seguintes metas:

### **Completar a renovação das leis — Simplificar processos**

- Renovação das leis de processo que o actual Governo preparou: processo penal, processo civil, processo administrativo, processo de trabalho;
- A informatização judiciária, a racionalização do trabalho das secretarias judiciais e acessibilidade de todas as leis contribuirão para o desbloqueamento dos tribunais;
- Atribuição de carácter prioritário a alguns processos; assim, por exemplo, processos de alimentos, ou indemnizações por acidente, ou outros em que esteja em causa a subsistência das pessoas;
- Continuar a reforma dos serviços de registos e notariado, como serviços de prestações rápidas, pois o público tem direito a ser bem atendido e pela forma menos onerosa.

### **Continuar o combate à criminalidade**

Os cidadãos têm direito a ser protegidos, não apenas contra a criminalidade violenta ou organizada, mas contra a pequena e média criminalidade (assaltos a residências, furtos de automóveis, cheques sem cobertura, etc.). Esta deve ser banida, até onde for possível, do quotidiano das pessoas. Para tal, o PSD empreenderá:

- A reformulação da estrutura orgânica e operativa da Polícia Judiciária, com áreas bem distintas de actuação: criminalidade grave, de um lado, e pequena e média criminalidade, de outro;
- O desenvolvimento dos mecanismos alternativos da justiça judicial: arbitragem e composição informal de litígios, estes em conexão com uma política geral de acesso ao Direito;
- A conclusão das reformas já iniciadas do Direito Comercial e do Direito Penal;
- A concretização de esquemas de apoio às vítimas de actos criminosos (reparação civil, apoio social e psicológico, etc.).

### Sistema prisional

Para a reforma do nosso sistema prisional, o futuro Governo do PSD:

- Continuará o alargamento das estruturas prisionais. Assim, ainda em 1987 ou em 1988, iniciar-se-á a já projectada construção dos novos estabelecimentos prisionais de Lisboa, Funchal e Ponta Delgada;
- Promoverá a substituição da pena de prisão por outras medidas (multa, trabalho a favor da comunidade, regime de prova), em casos bem definidos e a título excepcional, quando isso não ponha em perigo a defesa da Sociedade.
- Empenhar-se-á na ressocialização dos delinquentes recuperáveis. As penas devem, porém, ter uma eficácia punitiva e dissuasora e a Sociedade tem que aceitar a justiça penal como meio para realizar uma equilibrada justiça.

### Adaptar as leis ao progresso

Os novos desafios que Portugal enfrenta, neste final do século, exigem a contínua adaptação do ordenamento jurídico, de modo a que este estimule o desenvolvimento. Assim, encetar-se-á:

- A urgente actualização da legislação do inquilinato, do processo de falência e do direito da concorrência;
- A concretização da reforma do registo nacional de pessoas colectivas e da legislação reguladora da actividade dos agentes económicos, para a simplificar e adequar às exigências de uma sociedade em desenvolvimento.

### DEFESA NACIONAL: FORTALECER A CONSCIÊNCIA NACIONAL. MODERNIZAR AS FORÇAS ARMADAS

Em matéria de defesa nacional, o PSD compromete-se:

- Promover o desenvolvimento e fortalecimento da consciência cívica e nacional da população;
- Reapetrechar as Forças Armadas e reajustar a sua organização;
- Concretizar o Planeamento Civil de Emergência;
- Valorizar as indústrias de defesa e promover o desenvolvimento da investigação sobre Defesa Nacional.

### Participação dos Portugueses na política de defesa

O Governo do PSD concretizará os objectivos fixados, intensificando as acções de informação, reforçando a coesão social e estimulando a participação dos portugueses na realização dos grandes objectivos fundamentais decorrentes do carácter nacional e global da política de defesa.

### Modernização das Forças Armadas

Para além disso:

- Com base nos objectivos permanentes da política de defesa, será concretizada a estrutura orgânica do Ministério da Defesa Nacional e será prosseguida a modernização das Forças Armadas e reajustada a sua organização;
- Tendo sido fixado, pela primeira vez, um quadro global coerente que integrará os programas de reequipamento e de infra-estruturas das Forças Armadas nos próximos cinco anos — a Lei de Programação Militar — impõe-se agora assegurar a sua execução cuidada e projectar os períodos seguintes, com vista a tornar possível o cumprimento dos objectivos das forças nacionais.

### Outras tarefas na política de defesa

No âmbito da Política de Defesa, importa ainda:

- Desenvolver a actividade do Planeamento Civil de Emergência, de modo a definir as carências e prioridades, articulando o conjunto de medidas necessárias para garantir o funcionamento das estruturas fundamentais da Nação;
- Elaborar acordos com as Universidades e os Institutos e Estabelecimentos Superiores Militares, incrementando o estudo, investigação e divulgação de matérias relacionadas com a Defesa Nacional;
- Em matéria de indústria de defesa, enquadrar a acção do futuro Governo do PSD numa perspectiva de salvaguarda da independência nacional, de desenvolvimento tecnológico do País e de reforço da estrutura industrial;
- Portugal deve continuar a empenhar-se activamente no cumprimento das responsabilidades militares assumidas perante a OTAN e aproveitar plenamente as vantagens correspondentes ao esforço da nossa participação nesta Aliança e nas relações bilaterais de defesa com os países aliados.

## **LIBERDADE E SEGURANÇA: PROTEGER AS PESSOAS E BENS**

Uma sociedade democrática deve constituir-se sobre a sua liberdade e não sobre os seus medos.

Dentro destes princípios, garantiremos aos cidadãos portugueses:

- A ordem e a tranquilidade públicas serão mantidas pelas forças de segurança, protegendo pessoas e bens no permanente combate a todos os tipos de criminalidade;
- O aumento da capacidade técnica de combate ao crime, melhorando a formação e especialização dos serviços e introduzindo medidas pedagógicas capazes de melhorar o comportamento e o relacionamento entre os agentes da autoridade e os cidadãos.

### **Reduzir a violência**

Para garantia da ordem e da paz social, o PSD lutará por:

- Reduzir os níveis de violência na sociedade, estimulando o civismo e a tolerância;
- Adoptar medidas que valorizem e estimulem a acção da família, da escola e das associações cívicas no combate a todas as formas de violência e possibilitem uma mais perfeita consciencialização em matéria de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

### **Prevenir desastres ou catástrofes**

Prevenir a ocorrência de desastres e minimizar os efeitos devastadores de catástrofes ou calamidades, serão objectivos a prosseguir pelo Governo numa política de protecção civil a definir em lei-base.

A prevenção e o combate aos incêndios, em especial aos incêndios florestais, continuará a ser feita, dotando-se as corporações de bombeiros e outros serviços afins dos meios formativos e operacionais convenientes.

## **POLÍTICA EXTERNA: DEFENDER OS NOSSOS INTERESSES. RESPEITAR OS NOSSOS COMPROMISSOS. PROMOVER A NOSSA PARTICIPAÇÃO**

O PSD no Governo continuará a executar uma política externa que constitua um instrumento de afirmação de Portugal na cena internacional e de

defesa dos interesses nacionais perante o exterior, designadamente interesses políticos, económicos e culturais, com relevo para a promoção da língua e da presença portuguesa no Mundo e para a preservação dos outros valores da civilização que são património da Nação e que caracterizam a nossa maneira de ser e de estar.

### **Grandes opções**

Por isso, as grandes opções da política externa serão:

- Prosseguir a integração de Portugal na Europa Comunitária, prolongando o êxito do primeiro ano e meio de adesão;
- Participar activamente nas tarefas da OTAN;
- Reforçar as relações com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e com o Brasil.

### **A presença de Portugal nas Comunidades Europeias**

O PSD prosseguirá, de acordo com os princípios que se desenvolverão adiante, o reforço da capacidade de afirmação nacional no quadro comunitário, através de uma conveniente gestão das oportunidades decisivas para a promoção dos interesses portugueses.

### **Prosseguir o aprofundamento de laços com os países de expressão portuguesa**

Por outro lado, quanto aos países de expressão oficial portuguesa o PSD:

- Prosseguirá a política — que já deu resultados bem visíveis — de intensificação de relações com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, colocando-as num estrito plano de Estado, sem pretensos intermediários a nível ideológico ou partidário;
- Continuará a desenvolver todos os esforços, utilizando a nossa apreciável capacidade de diálogo e de relacionamento, com vista à diminuição do nível de conflitualidade na África Austral, à redução das interferências estrangeiras e à eliminação pacífica e efectiva do regime do «apartheid».
- Quanto ao Brasil, prosseguirão as consultas políticas relançadas pelo X Governo, estimulando o intercâmbio económico e avançando nas comemorações, em conjunto, das descobertas portuguesas que culminaram com o descobrimento daquele país-irmão.

### **Manter empenho activo na OTAN**

Defendendo uma política de empenhamento activo de Portugal na OTAN, propõe-se o futuro Governo do PSD:

- Valorizar a situação estratégica do território nacional, designadamente o triângulo Continente-Açores-Madeira;
- Contribuir para uma evolução política internacional favorável ao progresso do desarmamento equilibrado e controlado, sem prejuízo da segurança no quadro europeu.

### **Defender a população de Timor-Leste**

Será também preocupação dominante a luta contra a violação do direito à autodeterminação da população de Timor-Leste por parte da Indonésia. A defesa dos direitos do homem caracterizará, em todas as circunstâncias, as posições do Governo do PSD.

### **Dar execução ao acordo sobre Macau**

O acordo negociado pelo X Governo com a República Popular da China sobre o futuro de Macau, além de ter garantido, a médio e longo prazo, os legítimos interesses e expectativas dos habitantes daquele território, abriu uma nova fase no relacionamento de Portugal com a China. O Governo do PSD procurará potenciar as condições, assim criadas, para o reforço da presença portuguesa na zona do Pacífico e relançamento da projecção histórica, cultural, económica e política de Portugal no Oriente.

À administração do território, no período de transição, cabe um papel decisivo para a concretização dos objectivos nacionais tornados possíveis pelo acordo negociado.

## **INTEGRAÇÃO EUROPEIA: CONSTRUIR A EUROPA DESENVOLVENDO O NOSSO PAÍS**

### **A construção da Europa**

No capítulo da integração europeia, o PSD defende:

- A manutenção de uma posição inequivocamente favorável quanto à integração de Portugal nas Comunidades Europeias, em que o PSD assumiu importantes responsabilidades no decurso das negociações de

adesão. Coube, aliás, ao Governo do PSD gerir, com sucesso, o impacto do primeiro ano e meio de adesão, tendo sempre como objectivo a defesa dos interesses de Portugal e dos Portugueses. O balanço dos primeiros dezoito meses é altamente positivo em todos os planos;

- O empenhamento no sentido de continuarem a criar-se condições favoráveis a este esforço permanente para o desenvolvimento acelerado de Portugal no aprofundamento da integração europeia.

### **Reforçar a unidade da Europa e a coesão económica**

A criação de laços mais estreitos entre os Estados-membros é, de facto, o propósito da criação das Comunidades. A posição do PSD neste domínio traduz-se, pois:

- Na defesa da união europeia, enquanto objectivo político para afirmação da Europa a nível mundial, e de prioridade indispensável ao desenvolvimento económico e ao bem-estar dos povos das Comunidades Europeias; reafirmação de que a Europa deve ser um exemplo para o mundo, na defesa da democracia, dos direitos do homem, da qualidade de vida, do progresso económico e social;
- Na promoção da coesão económica e social do espaço europeu, o que permitirá construir a Europa do ano 2000, alcançando o equilíbrio económico-social de todas as regiões comunitárias. Esta deve ser uma preocupação de todos os países europeus e não apenas dos menos ricos. Deve ser um projecto comum para assegurar o desenvolvimento equilibrado de todo o espaço comunitário;
- Na criação de um verdadeiro mercado interno em 1992, o que implica a realização do Acto Único que Portugal assinou logo após a adesão. Deste modo, serão plenamente salvaguardados os interesses das centenas de milhar de portugueses que já vivem e trabalham nos outros países comunitários e ficarão criadas condições para a expansão do mercado das empresas portuguesas que, sem entraves, poderão atingir os mais de 300 milhões de consumidores europeus.

### **A Europa dos cidadãos**

Para a construção e defesa da Europa dos cidadãos, o PSD defende a consolidação da identidade cultural dos diferentes povos europeus, a prossecução de uma política de ambiente e de defesa dos consumidores.

## A Europa das novas tecnologias

Tal como fez em relação à investigação científica em Portugal, o PSD entende deverem ser privilegiadas as acções comuns no domínio das novas tecnologias. Para tanto, pugnará pela promoção do reforço das estruturas comunitárias no tocante à investigação, difusão e aplicação de novas tecnologias, por forma a tirar partido do seu potencial científico e do mercado existente.

## Reformas comunitárias

O futuro Governo do PSD terá uma intervenção muito activa e firme nas negociações sobre as reformas comunitárias em perspectiva — política agrícola comum, fundos estruturais e reforma orçamental.

Em matéria de política agrícola defenderemos, nomeadamente, o reforço das acções para as regiões mais desfavorecidas, o apoio aos pequenos agricultores e os incentivos à produção florestal.

Quanto aos fundos estruturais, entendemos serem imprescindíveis acções que visem a aplicação prioritária dos fundos estruturais comunitários nos países e nas regiões mais desfavorecidas.

No que respeita ao financiamento das Comunidades Europeias, o PSD defende a realização de esforços no sentido de que o novo e necessário sistema de financiamento venha a basear-se na riqueza efectiva de cada um dos Estados. A gestão do orçamento comunitário deve evitar a acumulação de défices e o recurso a medidas excepcionais, aumentando-se ainda as despesas de carácter estrutural, indispensáveis ao progresso das regiões mais atrasadas.

## Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu é o foro político de representação directa dos povos da Europa. Os seus poderes foram consideravelmente alargados pelo Acto Único. Mas os deputados ao Parlamento Europeu são a consciência viva dos povos e das forças políticas que representam. Por isso, o PSD preconizará a sua acção eficaz em consonância com os interesses portugueses e em articulação com a estratégia nacional prosseguida nas outras instâncias comunitárias.

## COMUNIDADES PORTUGUESAS: REFORÇAR OS LAÇOS; DEFENDER OS INTERESSES DE TODOS OS PORTUGUESES

A Nação Portuguesa tem uma marcada identidade própria.

Ora a característica, porventura mais peculiar, da nossa maneira de estar no Mundo reside na abertura a outros povos e culturas e uma fácil integração em novos ambientes. Tudo isto sem que sejam cortadas as ligações à Mãe-Pátria.

A diáspora portuguesa, espalhada por todos os continentes, representa a tradução moderna do nosso espírito universalista de sempre. O português que vive e trabalha fora do País é parte essencial da Nação. A afirmação de Portugal no Mundo passa pelas comunidades portuguesas no estrangeiro, onde é apreciada a sua capacidade de trabalho e de integração, a sua dignidade cívica, a sua capacidade.

## Proteger a nossa língua, promover a nossa cultura

Tendo em conta estes princípios, o PSD propõe-se reforçar o elo mais forte que liga todos os portugueses, onde quer que residam: a Língua e a Cultura Portuguesas. Assim:

- O ensino do Português junto das Comunidades será reestruturado e particularmente apoiado;
- Procurar-se-á uma maior integração do seu ensino nos sistemas educativos dos países de acolhimento;
- Serão organizados cursos intensivos, tanto em Portugal como nas Comunidades, sendo aumentado o número de bolsas de estudo para esse efeito;
- Serão criados Institutos de Cultura Portuguesa e outros centros culturais para o apoio às comunidades portuguesas e para a difusão da cultura portuguesa nos países onde estas se integram;
- Serão facilitadas e desburocratizadas as equivalências académicas e profissionais.

## Defesa de direitos

Estimular-se-á a inserção dos portugueses que decidam regressar e dar-se-á o devido apoio aos que, permanecendo no estrangeiro, decidam investir em Portugal.

Aos portugueses residentes no estrangeiro, o PSD garante:

- A defesa da propriedade em Portugal;
- A manutenção do apoio dispensado às instituições que sejam agregadoras das suas poupanças e promotoras de iniciativas empresariais, na óptica do desenvolvimento;
- A defesa da sua participação na eleição para o cargo de Presidente da República e dos direitos que decorram da lei da dupla nacionalidade.

### Reorganizar os serviços

Prosseguir-se-á a tarefa encetada de reorganizar os serviços consulares e assegurar-se-á:

- Uma melhor informação aos portugueses que residem em Portugal sobre as condições de vida, os problemas e as perspectivas das comunidades portuguesas no estrangeiro;
- Uma informação destas comunidades sobre o que se passa em Portugal e sobre os seus direitos nos países de acolhimento.

### REGIÕES AUTÓNOMAS — AUTONOMIA REGIONAL: UMA POLÍTICA NACIONAL

O PSD assume plenamente a autonomia constitucional dos Açores e da Madeira, como parte integrante do seu projecto nacional.

Os órgãos de governo próprio dos Açores e da Madeira têm sido factor de estabilidade, que é importante consolidar para prosseguir a melhoria das condições de vida das populações daqueles territórios, dotados de reconhecida importância geoestratégica.

O PSD, na sua acção a nível nacional, nomeadamente a governativa, atenderá sempre às especificidades insulares e, através de um permanente diálogo com os responsáveis regionais, procurará as soluções, em cada momento necessárias, para resolver os problemas com que as Regiões Autónomas se vão deparando, de modo a atenuar as desigualdades que subsistem e reforçar a unidade nacional e a solidariedade entre todos os portugueses.

### MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: FACILITAR A VIDA AOS PORTUGUESES

A modernização do País é tarefa nacional que merece o apoio e o empenho de todos os portugueses.

A modernização da máquina administrativa do Estado é uma componente essencial para a modernização do País.

### Servir melhor. Dignificar a Função Pública

Modernizar a Administração, servir o País, continuará a ser o propósito do PSD, orientado em três vectores:

- Servir melhor os utentes da Administração, cidadãos e agentes económicos;
- Dignificar os funcionários, tornando a Administração Pública atractiva e motivadora para a expansão das suas potencialidades e aspirações;
- Gerir melhor, rentabilizando os recursos afectos ao sector, sem acréscimo das despesas públicas.

O Partido Social-Democrata desenvolverá, nesse sentido, um vasto conjunto de acções, de que se destacam:

- A informação aos utentes sobre direitos e serviços a que podem ter acesso, bem como o reforço das suas garantias;
- Melhorar o atendimento do público, contacto humanizado e personalizado e diminuição do tempo de resposta da Administração;
- Simplificação da lei, da linguagem, dos procedimentos e formalidades administrativas;
- Maior justiça na remuneração dos funcionários, visando dignificá-los e propiciar o seu desenvolvimento pessoal;
- Qualificação dos funcionários públicos, através de uma política de formação voltada para as potencialidades dos trabalhadores, e real melhoria das suas condições de trabalho;
- Dignificação dos cargos dirigentes da Administração, alargando competências, autonomia e responsabilidade;
- Difusão da informática na Administração e criação de bases de dados que facultem o acesso à informação e ao direito;
- Desenvolvimento das técnicas de programação, orçamentação e controlo, tendentes a uma gestão mais eficiente;
- Criação de «ilhas de excelência» em diversos serviços piloto, ensaiando experiências de gestão inovatória.

Numa palavra, o Governo do PSD melhorará a qualidade dos serviços públicos, criará condições para o desenvolvimento individual dos funcionários, rentabilizará os meios ao dispor da Administração.

## **COMUNICAÇÃO SOCIAL: LIBERALIZAR PARA APROFUNDAR A LIBERDADE**

A liberalização, a modernização e a formação profissional são os três objetivos que o PSD se propõe prosseguir em matéria de Comunicação Social.

### **Liberalização: finalmente a televisão privada**

Com a liberalização, reduzir-se-á, de forma drástica, o peso excessivo que o sector público actualmente detém, limitando-se, como é vulgar nas democracias ocidentais, a presença do Estado à garantia de um serviço público mínimo na Rádio e na Televisão. Assim:

- O PSD abrirá a televisão à iniciativa privada — única forma de responder, com êxito, aos desafios da revolução tecnológica, permitindo, ainda, pelo direito à diferença, consagrar plenamente os princípios da liberdade de expressão;
- Também em matéria de rádio, defende o PSD a liberalização ao acesso ordenado a este veículo de Comunicação Social, quer a nível nacional quer a nível local.

### **Modernização — o desafio do futuro**

O Governo do PSD apoiará as empresas do sector, preparando-as para os crescentes desafios do futuro e das novas tecnologias de informação.

Especial atenção será dedicada à Imprensa Regional, verdadeiro expoente na salvaguarda da nossa identidade cultural e regional.

## **PODER LOCAL E REGIONALIZAÇÃO**

### **Continuar o trabalho, melhorar as condições para o desenvolvimento**

O PSD é o grande partido do poder local. A experiência vivida nessa qualidade aconselha-nos a prosseguir no revigoramento do papel dos municípios e das freguesias na sociedade portuguesa. Para além de se tratar de escalões político-administrativos que representam uma significativa linha de força da democracia portuguesa, o PSD está convicto que ainda se pode ir mais longe na procura de um acréscimo de eficácia na acção das autarquias. Assim, o futuro Governo do PSD prosseguirá os seguintes objetivos:

- Promoção do alargamento progressivo das suas competências e o reforço dos meios disponíveis, na linha da recuperação verificada nos últimos dois anos;

- Consagração do princípio da plena responsabilidade dos eleitos locais pela utilização dos dinheiros públicos através da introdução de mecanismos adequados;
- Alteração do processo de eleição dos órgãos autárquicos de tal forma que se facilite a formação de executivos maioritários, favorecendo a sua eficácia.

### **Prosseguir na descentralização**

O PSD, que é também e indiscutivelmente o partido da regionalização, promoverá:

- A apresentação à Assembleia da República de um projecto de lei-quadro sobre a regionalização que permita uma decisão sobre as funções das Regiões Administrativas e, assim, possibilite uma concretização gradual, serena e tão consensual quanto possível deste novo nível autárquico;
- O robustecimento da sociedade portuguesa, libertando-a do peso asfixiante do Estado e estimulando o papel catalisador que as autarquias podem vir a assumir no processo de desenvolvimento;
- O fomento do associativismo intermunicipal com vista à busca de uma maior eficiência do desempenho de tarefas comuns. Neste particular, um Governo PSD prestará cuidados muito especiais aos casos das áreas metropolitanas polarizadas por Lisboa e Porto.

### **Reformular legislação**

No domínio legislativo, o PSD irá desenvolver as seguintes linhas de actuação:

- Adequar a Lei das Finanças Locais à Reforma Fiscal, revendo os critérios de distribuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro;
- Propor uma lei de Reorganização Administrativa do País, definindo critérios para a criação e extinção de Autarquias, sua dimensão e fixação da categoria das localidades.

### **Apoio financeiro aos Municípios**

O apoio financeiro e técnico aos Municípios será gerido através da celebração de protocolos de cooperação que compreenderão, designadamente, a realização e definição de:

- Contratos-programas nas áreas da reabilitação urbana para a resolução dos problemas dos clandestinos e para a ultrapassagem de graves carências de infra-estruturas básicas;

- Contratos de reequilíbrio financeiro para os Municípios em situação económica difícil;
- Contrapartidas, designadamente financeiras, correspondentes à transferência de novas competências para os Municípios.

#### **Enquadrar a actividade de fomento**

A actividade empresarial dos Municípios, sendo uma realidade que deve ser amplamente estimulada, carece de um enquadramento específico, propondo-se o PSD:

- Criar um quadro legislativo de referência para as actuações municipais e municipalizadas;
- Incentivar a função dos Municípios como instrumento de desenvolvimento económico, regional e local.

#### **Formar, aperfeiçoar e dignificar**

A dignificação do exercício do Poder Local pressupõe condições mínimas para o funcionamento da Administração Local. Por isso, o futuro Governo do PSD actuará também nos seguintes domínios:

- Auxílio financeiro às Juntas de Freguesia carenciadas de instalações;
- Apoio à reconstrução dos edifícios-sede de Paços de Concelho cujas instalações se encontrem manifestamente degradadas e ponham em causa a dignidade do Poder Local;
- Realização de programas de formação ou de actualização dos funcionários das Autarquias;
- Acções de informação aos eleitos locais em colaboração com a associação representativa dos Municípios portugueses e destinadas a estabelecer um fluxo de informação entre a Administração Central e Local;
- Apoio à introdução de modernas técnicas de gestão mediante a definição de um programa nacional para a informatização das Autarquias;
- Publicação de um novo regime jurídico para o licenciamento municipal de obras particulares;
- Adaptação do regime geral de empreitadas de obras públicas às Autarquias Locais;
- Lançamento de um plano rodoviário municipal, intermunicipal e regional, definindo, aos vários níveis, os objectivos, a metodologia e os meios para a sua elaboração.

## **CAPÍTULO II**

# **CONSOLIDAR O PROGRESSO, CRIAR MAIS RIQUEZA, DISTRIBUIR MELHOR**

Criar mais riqueza para melhor a distribuir é o objectivo primordial da política económica do PSD. Sem crescimento económico, não há melhoria duradoura do nível de vida das famílias portuguesas, não há criação de novos postos de trabalho, não é possível assegurar a solidariedade e a justiça sociais. O desenvolvimento económico é um objectivo de médio prazo. É uma aposta no futuro, uma opção clara pelo investimento. A política do PSD contrasta com as promessas não cumpridas dos outros. Fomos os primeiros a avançar a sério no diálogo e concertação social, começámos a pôr ordem nas Finanças Públicas, iniciámos a Reforma Fiscal, criámos as condições para a expansão do investimento e do emprego, conseguimos a redução da inflação e o aumento do poder de compra dos salários.

#### **POLÍTICA ECONÓMICA GLOBAL: ESTRATÉGIA DE PROGRESSO CONTROLADO 1987-1991**

A política económica do futuro Governo do PSD orientar-se-á para a realização de reformas estruturais que, no âmbito de uma estratégia de progresso controlado 1987-1991, permitirão alcançar objectivos da maior importância para o País.

#### **Controlar a inflação; reduzir o peso do Estado**

O desenvolvimento económico de Portugal impõe, antes de mais, o controlo duradouro da inflação, a redução do peso do Estado na economia e o reconhecimento do papel primordial da iniciativa privada, da concorrência e dos mecanismos de mercado. O PSD entende que a intervenção directa do Estado se deve concentrar na provisão eficaz de bens e serviços públicos essenciais e que deve ser reduzido o peso do sector público nas outras áreas da economia. O controlo da despesa pública continuará a ser assegurado e o défice orçamental reduzido, e prosseguirá a venda de participações do Estado nas empresas. A abertura ao sector privado do capital das empresas públicas e de capitais públicos será iniciada assim que a lei o autorize. Tal irá permitir uma diminuição importante da dívida e da despesa públicas e será feito de modo a assegurar o acesso ao capital das empresas pelo maior número possível de famílias portuguesas.

#### **Desenvolver a economia; fortalecer a confiança**

A estratégia macroeconómica do futuro Governo PSD está concretizada no Programa de Correção Estrutural do Défice Externo e do Desemprego, aprovado pelo X Governo. A sua execução permitirá conciliar o crescimento e

a modernização da economia portuguesa e a redução do desemprego e da inflação, sem a recorrência de graves desequilíbrios nas contas com o exterior. O PSD não quer sujeitar os portugueses a mais experiências de «austeridade» e recessão profundas.

As principais orientações e as regras do jogo da política económica serão claras e transparentes, fortalecendo a confiança e conduzindo à convergência entre as expectativas dos agentes económicos e os objectivos do Governo, o que permitirá o reforço da concertação entre os parceiros sociais e a manutenção de um clima económico e social favorável. A execução do Programa de Correção Estrutural do Défice Externo e do Desemprego conduzirá, nos próximos quatro anos:

- Ao crescimento rápido do rendimento nacional, baseado sobretudo na expansão do investimento e permitindo a criação de muitos novos postos de trabalho;
- A uma redução da taxa de inflação para valores próximos da média das Comunidades Europeias, a partir de 1989;
- Ao controlo das contas com o exterior, assegurando a redução gradual do peso da dívida externa.

#### **Política orçamental: reduzir o défice, conter a despesa pública**

O desequilíbrio financeiro do sector público tem tido grande influência na inflação em Portugal e está na raiz dos sucessivos episódios de graves dificuldades nas contas com o exterior e tem sido um dos maiores obstáculos à expansão duradoura do investimento produtivo e, portanto, do emprego. A redução do défice do sector público será um objectivo essencial do Governo do PSD. A redução do défice passará por uma significativa contenção das despesas correntes, de modo a permitir a necessária expansão do investimento público sem aumentar os impostos. O alargamento da base tributária e a redução da evasão fiscal permitirão uma redução da carga fiscal sobre os contribuintes cumpridores. Do lado das despesas, actuar-se-á, fundamentalmente, através:

- Da manutenção do «orçamento de verdade», já introduzido em 1986 e 1987, da efectiva responsabilização dos ordenadores da despesa e do prosseguimento da extinção dos fundos e serviços autónomos supérfluos;
- Do controlo rigoroso das contas das empresas públicas;
- Do pleno aproveitamento dos recursos humanos da Função Pública.

#### **Política fiscal: justiça fiscal, menores impostos para as famílias desfavorecidas**

A Reforma Fiscal, prometida há mais de uma dezena de anos por quase todos os Governos avançou, muito significativamente, em 1986 e 1987 e será concluída em 1988. São princípios fundamentais:

- A racionalidade, mediante a introdução dos impostos únicos sobre o rendimento das pessoas singulares e das pessoas colectivas;
- A eficiência e o crescimento económico, mediante o estímulo ao trabalho, à poupança e ao investimento, os quais requerem taxas de impostos de níveis moderados;
- A equidade e a justiça fiscais, deixando de ser tributados os estratos mais baixos e atenuando o efeito da cumulação dos rendimentos familiares em sistema de taxas progressivas;
- A simplificação administrativa, reduzindo ao mínimo as perdas de tempo do contribuinte e modernizando os serviços tributários da Administração.

#### **Política monetária, financeira e cambial: estimular a poupança, favorecer o investimento e garantir a competitividade**

O controlo duradouro da inflação é impossível sem uma rigorosa execução das políticas monetária e cambial. Os menores défices do sector público administrativo permitirão libertar os recursos necessários ao financiamento da actividade produtiva e do investimento.

A política monetária e financeira do Governo do PSD continuará a privilegiar o papel dos mecanismos de mercado e a concorrência e o desenvolvimento do mercado de capitais. A maior eficiência do sistema financeiro estimulará o crescimento da poupança das famílias e a canalização de recursos para o investimento produtivo. Assim:

- O défice orçamental continuará a ser financiado sobretudo no mercado de capitais, nas condições e às taxas de juro de mercado;
- Prosseguirá a política de flexibilização das taxas de juro, o que permitirá evoluir para um sistema de controlo monetário mais eficiente do que os actuais limites de crédito;
- Avançar-se-á na solidificação do mercado de capitais e das bolsas de valores e assegurar-se-á, em especial, a protecção ao pequeno investidor;
- Será estimulado o reforço do sector segurador como intermediário financeiro e colectador de poupanças.

A política cambial garantirá a competitividade de economia e será conduzida de molde a não contrariar a redução duradoura da inflação. As empresas poderão contar com uma política cambial estável, mas os ganhos de competitividade terão que basear-se sobretudo nos aumentos de produtividade e na moderação dos custos e dos preços. A convergência da taxa de inflação em Portugal com a dos nossos principais parceiros — possível nos próximos anos — permitirá que o escudo volte a ser uma moeda forte e que se encare a adesão de Portugal ao Sistema Monetário Europeu.

#### **Política de rendimentos e de concertação social: aumento dos salários reais e do emprego**

A política de rendimentos livremente negociada e aceite pelas partes continuará a desempenhar um papel fundamental na estratégia de concertação social em que se tem empenhado o PSD. O reforço da confiança e a coerência da política económica criarão as condições para que o crescimento dos salários seja compatível com a redução programada da inflação e da taxa de desemprego.

O PSD quer assegurar o aumento sustentado dos salários reais, compatível com a expansão duradoura do emprego, e não o aumento imediato e efémero das remunerações à custa da inflação e do desemprego futuros.

#### **AGRICULTURA: SECTOR PRIORITÁRIO**

O PSD já demonstrou a importância que atribui à agricultura e aos agricultores. O futuro governo do PSD continuará a considerar o sector agrícola altamente prioritário, como fundamental que é para o desenvolvimento do País. Os objectivos da política agrícola que propomos são simples e claros:

- Transformar a agricultura num sector dinâmico, contribuindo para o crescimento do rendimento nacional através de aumentos de produção e da melhoria da qualidade;
- Apoiar a agricultura para enfrentar, com agressividade comercial, a integração no Mercado Comum;
- Criar as condições para que o sector agrícola seja capaz de gerar rendimentos que assegurem um nível de vida justo e a igualdade de oportunidades entre os homens e as mulheres que trabalham na agricultura e nos outros sectores.

#### **O progresso da agricultura: apoiar o empresário agrícola e as unidades produtivas viáveis**

O Governo do PSD continuará a dar a mais alta prioridade ao apoio aos Jovens Agricultores e a promover e estimular as Associações de Agricultores, visando a sua eficácia, autonomia e solidez económico-financeira.

O progresso da agricultura terá que basear-se no empresário agrícola e assentará em unidades produtivas familiares, empresariais ou cooperativas, técnica e economicamente viáveis.

O pleno aproveitamento das potencialidades da integração europeia é fundamental para a agricultura portuguesa. É essencial fomentar as actividades e os sistemas produtivos mais rentáveis e assegurar a rápida mas gradual reconversão do sector, sem quebra dos rendimentos reais dos agricultores.

Assim, o PSD propõe-se prosseguir e promover:

- A melhoria das condições de produção das explorações agrícolas, através do apoio técnico e financeiro e de um grande esforço de formação profissional, em especial através das Associações de Agricultores;
- O reforço das infraestruturas de apoio à agricultura em domínios como: caminhos e electrificação rural; construção e recuperação de regadios; drenagem e conservação do solo; sanidade animal e vegetal; investigação agrária aplicada. Até 1989 estão previstos, no Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa, investimentos no montante de 50 milhões de contos, nestes domínios;
- O reforço do Programa de Financiamento de Arrendatários Rurais, o apoio às Caixas de Crédito Agrícola Mútuo e o estímulo selectivo aos investimentos de comercialização e transformação;
- A diversificação das fontes de rendimento dos agricultores localizados nas regiões desfavorecidas e de minifúndio; o apoio à agricultura em tempo parcial e ao sector florestal;
- O apoio ao redimensionamento fundiário quando se revele económica e socialmente vantajoso;
- A organização dos mercados agrícolas de modo a alargar o apoio das Comunidades à quase totalidade da produção agrícola portuguesa;
- O apoio aos Jovens Agricultores, quer através de incentivos financeiros à sua instalação e investimentos, quer de apoio técnico prioritário.

### Mudar as leis da Reforma Agrária

O PSD entende que a questão agrária não pode continuar a dividir o País. A revisão do quadro legal e institucional da Zona de Intervenção da Reforma Agrária é inadiável. Queremos estabilizar a posse e a exploração da terra. Queremos descolectivizar a agricultura na Zona de Intervenção da Reforma Agrária e promover a criação de explorações de dimensão adequada, através do arrendamento ou venda, em concurso público, de terras do Estado.

O Governo do PSD concluirá:

- A revisão da lei de bases da Reforma Agrária, a fim de garantir o direito de propriedade aos pequenos e médios agricultores a quem foram distribuídas terras, o fim da discriminação contra os agricultores situados na Zona de Intervenção da Reforma Agrária em matéria de expropriação e a resolução, de modo justo, da situação dos indivisos;
- O programa de indemnizações justas a todos os proprietários e/ou rendeiros que viram os seus prédios rústicos expropriados ou nacionalizados, conforme legislação já pronta.

### PESCAS: APOSTAR NOS PESCADORES PORTUGUESES

A pesca constitui um sector de primordial importância para o País. A aposta na vocação e na experiência dos nossos pescadores que têm de dispor dos meios tecnológicos e profissionais, será o melhor garante para um correcto aproveitamento dos recursos marinhos, de forma a aumentar o rendimento dos pescadores e das suas famílias. Só com uma frota renovada e uma indústria transformadora desenvolvida será possível atingir tais objectivos.

Assim, o PSD propõe-se, nesta área:

- Apoiar a construção de embarcações modernas que utilizem novas artes e métodos de pesca mais produtivos e selectivos nas capturas;
- Apoiar a melhoria do acondicionamento do pescado através da utilização do frio, aumentando a qualidade e o valor do peixe para o consumo.

O PSD considera o aumento dos recursos pesqueiros nacionais como um vector fundamental para o progresso do sector. Nestes termos propõe-se:

- Ampliar a investigação científica nas pescas, de forma a tornar conhecida toda a riqueza da nossa Zona Económica Exclusiva;
- Preservar os recursos existentes, com uma regulamentação actualizada e uma fiscalização eficaz;

- Reorientar o esforço de pesca, com uma ocupação plena da Zona Económica Exclusiva;
- Aumentar as possibilidades de pesca de embarcações nacionais em águas sob jurisdição de outros países;
- Aproveitar as condições naturais para aquacultura que Portugal oferece como forma de aumentar a produção de recursos piscícolas.

### Condições mais dignas para os trabalhadores da pesca

O PSD terá ainda como objectivos para o sector das pescas:

- A consolidação e o reforço das Organizações de Produtores, enquanto estruturas fundamentais para um exercício racional da pesca;
- O aproveitamento total das capturas menos valorizadas para o consumo, de modo a desenvolver a indústria transformadora ligada ao processamento do pescado, criando emprego e incorporando mais valor acrescentado nos produtos da pesca;
- A modernização e a competitividade da indústria conserveira;
- O prosseguimento da construção de instalações portuárias de pesca mais seguras e dotadas de lotas modernas e funcionais;
- A continuação da formação profissional, levando-a junto dos pescadores;
- Continuar a melhoria das condições sociais e de reforma dos pescadores, permitindo a retirada condigna da vida activa aos mais velhos, rejuvenescendo o sector e atraindo novos profissionais.

### MODERNIZAR A INDÚSTRIA: APOSTAR NA INICIATIVA PRIVADA

O PSD entende que o desenvolvimento e a modernização de Portugal dependem, em larga medida, do sector industrial. O recurso fundamental e permanente na estratégia industrial portuguesa é o Homem. O papel essencial continuará a caber à iniciativa e ao investimento privados, aos empresários, aos gestores e aos trabalhadores da indústria. Os poderes públicos e a política industrial terão sobretudo um papel incentivador e de enquadramento, apostando na capacidade, no dinamismo e na criatividade do sector privado e garantindo o eficaz funcionamento das regras da economia de mercado e da concorrência. Portugal é, será cada vez mais, uma economia aberta. O Governo do PSD criará as condições para a expansão e o reforço da capacidade exportadora e da competitividade da indústria portuguesa.

O Governo do PSD:

- Apoiará a formação e a preparação de empresários inovadores e estimulará e facilitará o acesso ao capital de risco, indispensável à expansão do investimento na indústria;
- Dará prioridade à formação profissional e às acções de reciclagem, de modo a obter, não só a especialização e a máxima competência, mas também a flexibilidade, a mobilidade e a polivalência dos recursos humanos. Os programas «Jovens Técnicos para a Indústria» e «Jovens para as Novas Tecnologias» contribuirão para o reforço dos quadros das empresas e para uma mais eficaz e rápida absorção das vantagens da evolução tecnológica;
- Criará condições para a reindustrialização de áreas de forte concentração de indústrias em declínio e assegurará os incentivos e apoios adequados à indispensável modernização de sectores ou empresas.

#### Incentivar a competitividade e a qualidade

A competitividade e a capacidade exportadora, a melhoria de qualidade, a modernização e a inovação permanentes da indústria portuguesa serão incentivadas através de:

- Consolidação e desenvolvimento da infraestruturas tecnológica de apoio ao desenvolvimento industrial, através da criação de novos centros tecnológicos, empresas industriais de desenvolvimento e reforço dos contratos de desenvolvimento industrial entre as empresas e as universidades e instituições de investigação;
- Apoio à criação de «bancos de dados» com informação tecnológica, comercial e financeira, em articulação com as associações empresariais, as universidades e instituições de apoio à indústria;
- Apoio à indústria nacional através de uma adequada política de compras por parte do sector público;
- Estímulo à constituição de grupos empresariais privados ou mistos de dimensão suficiente para poderem concorrer no mercado internacional e constituírem polos de investigação e desenvolvimento de novos produtos;
- Apoio às Pequenas e Médias Empresas, cujo papel é fundamental na inovação e na expansão das exportações, na criação de novos postos de trabalho, no desenvolvimento regional e na dinamização do associa-

tivismo empresarial; reforço à capacidade de vendas e distribuição das PME, sobretudo no exterior;

- Estímulo à produção industrial com aumento do valor acrescentado nacional, ao aproveitamento dos recursos naturais e, em especial, à dinamização do sector mineiro;
- Apoio aos empresários na procura de parceiros estrangeiros, quando tragam contributos importantes no domínio tecnológico ou de mercado.

#### DIVERSIFICAR E VALORIZAR OS RECURSOS NATURAIS: POUPAR ENERGIA

Na área da energia o futuro Governo PSD terá como objectivo a diversificação das fontes de abastecimento e a valorização dos recursos naturais e a poupança de energia.

Será dada prioridade a:

- Redução da dependência do petróleo e criação de condições para a introdução do gás natural em Portugal e aproveitamento de fontes de energia renovável;
- Reforço do programa de produção de energia eléctrica através do pleno aproveitamento do potencial hídrico ainda existente e de centrais a carvão;
- Estímulo a projectos nas áreas de economia, produção e diversificação energética, nomeadamente no quadro dos programas comunitários;
- Reforço da política de conservação de energia e apoio à instalação de unidades industriais de baixo consumo energético e ao investimento que reduza o consumo de energia.

#### COMÉRCIO: GARANTIR A CONCORRÊNCIA LEAL

Os comerciantes sabem melhor que ninguém que a primeira condição para a sua prosperidade é o progresso do País.

A primeira proposta do PSD para o sector do Comércio é manter a economia de boa saúde, de forma que os portugueses melhorem, continuamente, o seu poder de compra. A segunda proposta do PSD para o Comércio é a de criar condições para que a actividade se exerça, de forma livre e responsável, no interesse dos consumidores e dos comerciantes.

Caberá ao Estado assegurar a liberdade de acesso ao mercado em condições de igualdade e equidade, garantir a concorrência leal e a transparência dos preços e promover a defesa e a informação do consumidor.

As prioridades do futuro Governo PSD serão:

- Assegurar ao comércio condições favoráveis ao seu exercício, apoiando, nomeadamente, a formação profissional em colaboração com as associações empresariais;
- Manter a política de eliminação do controle administrativo dos preços, inútil na contenção do custo de vida e prejudicial à economia nacional;
- Desenvolver os Mercados Abastecedores e criar uma rede nacional de frio, necessários à racionalização da distribuição e abastecimento e apoiar a criação de mercados de origem;
- Incentivar a qualidade dos produtos e serviços, prosseguir a modernização da legislação sobre delitos anti-económicos e assegurar a fiscalização dos delitos contra a saúde pública e a economia nacional;
- Assegurar às empresas comerciais um apoio idêntico às dos outros sectores;
- Combater, por todos os meios, a concorrência desleal, o comércio clandestino, a fraude fiscal e desburocratizar e flexibilizar as normas que regulam o sector de harmonia com as directivas Comunitárias;
- Assegurar a defesa dos interesses do comércio português face à concorrência do comércio estrangeiro.

#### **Um desafio: o crescimento rápido das exportações**

O PSD sabe que o crescimento das exportações tem uma importância crucial para o desenvolvimento do País.

Assim propomo-nos:

- Reforçar a competitividade externa através de gestão coordenada dos instrumentos disponíveis nas áreas do crédito, seguro de crédito, fiscalidade, acção diplomática, promoção e reforço da eficácia das representações comerciais no estrangeiro;
- Apoiar a distribuição no exterior de produtos portugueses e promover a imagem do País como exportador de bens e serviços de qualidade.

#### **SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO: REDUZIR PARA RENTABILIZAR; PRIVATIZAR O QUE NÃO SEJA VERDADEIRO SERVIÇO PÚBLICO**

A estratégia do Governo PSD no que se refere ao sector Empresarial do Estado respeitará as seguintes orientações fundamentais:

- Redução do universo das Empresas Públicas, que deverá incluir basicamente as empresas de verdadeiro serviço público: as relações entre essas empresas e o Estado far-se-á através do regime da contratualização, reduzindo-se, assim, o peso asfixiante das inúmeras tutelas;
- Recuperação das empresas públicas em difícil situação financeira. A viabilização destas empresas não se fará à custa dos contribuintes portugueses. Um Governo PSD não deita dinheiro fora. Os recursos financeiros necessários às reconversões a fazer, e que permitirão viabilizar e salvar muitos postos de trabalho produtivo, serão alimentados pelas vendas de partes do capital que o Estado possui noutras empresas. Estas vendas permitirão ainda uma redução significativa da dívida pública.

#### **Abrir às poupanças familiares o capital de algumas empresas**

A redução do número das empresas públicas não se fará de forma instantânea nem, naturalmente, obedecerá a um mesmo esquema. Deverá ser iniciada quanto antes e aproveitando os quadros legais existentes. As alienações de capital que se vierem a verificar, serão efectivadas com dupla preocupação de, por um lado interessar as pequenas poupanças das famílias portuguesas em empresas sólidas, disseminando o mais possível o seu capital social e, por outro lado, fazer participar accionistas-empresários, com vista a assegurar a racionalidade empresarial dessas unidades.

#### **Melhorar os serviços públicos responsabilizar a gestão**

O PSD fomenta a concorrência e estimula a iniciativa privada na convicção de que, por essa via, os verdadeiros beneficiados serão os cidadãos portugueses, no seu conjunto.

Mas o PSD não se esquece que ao Estado incumbem responsabilidades inalienáveis e de garante do interesse público e, por isso, alguns serviços essenciais de transportes, comunicações, produção de energia e outros que revistam natureza condicionante da vida nacional são exemplo de recomendáveis funções do Sector Empresarial do Estado. A estas funções estão naturalmente associadas especiais obrigações de interesse social para cujos

custos todos os cidadãos poderão ter de contribuir e assim proteger os utentes mais desfavorecidos.

Nesse sentido, ao Estado caberá cumprir, perante essas empresas, com as correspondentes indemnizações compensatórias, sempre que o preço pago pelo público seja inferior ao custo de produção dos bens ou serviços.

O Governo PSD terá uma preocupação muito especial com a melhoria da eficácia na gestão do Sector Empresarial do Estado porque sabe que o preço que os portugueses pagam pelos serviços prestados pelas empresas públicas de serviço público pode baixar se a gestão dessas empresas for mais eficaz. Por isso, não permitirá que, através de influencias partidárias, a nomeação e actuação dos gestores públicos escape aos requisitos de competência ou à chamada de responsabilidades.

#### **TURISMO: APROVEITAR AS NOSSAS POTENCIALIDADES**

Mais de treze milhões de estrangeiros entram por ano em Portugal proporcionando uma receita superior a 230 milhões de contos. Mas o PSD quer que o turismo traga ainda mais benefícios para os portugueses e que seja também um instrumento privilegiado da promoção de Portugal no Mundo. Por isso apostamos num turismo mais diversificado e de maior qualidade, na capacidade dos portugueses e nas muitas potencialidades do País, ainda por explorar, no melhor e mais racional aproveitamento dos recursos naturais e culturais.

Os próximos quatro anos serão decisivos para preparar uma nova fase de desenvolvimento turístico, já iniciada com a aprovação do Plano Nacional de Turismo, que permitirá a viragem que as novas condicionantes do desenvolvimento impõem.

O Governo envolver-se-á, ainda mais, em aspectos que têm, designadamente a ver com a salvaguarda do ambiente e do património natural, em obediência a um aproveitamento equilibrado dos recursos naturais.

O PSD defende que deve ser reforçada a óptica cultural como referencial da evolução do sector, garantindo e estimulando a formação profissional a todos os níveis — empresários e trabalhadores — dado o importante papel do turismo na valorização da sociedade dos nossos dias.

A intervenção política do PSD, orientar-se-á, nomeadamente, pela:

- Diversificação de mercados, actuando junto da procura e aproveitando todas as nossas potencialidades;
- Reorganização da oferta turística, promovendo o acesso de novas áreas do território ao mercado do turismo, garantindo a sua diversificação e o seu melhor ordenamento;
- Melhoria das condições de investimento em novos equipamentos e em estruturas de lazer e animação;
- Criação de condições de desenvolvimento do turismo interno.

#### **TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES: INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURAS**

##### **Programas rodoviários, aeroportos, caminhos de ferro**

O PSD continuará a promover o apoio e a intervenção directa do Estado nas áreas em que as actividades de transportes são condicionantes do progresso económico e social. Nas outras áreas o papel do Estado consistirá no exercício das funções normativas e fiscalizadoras necessárias à garantia do interesse público.

Assim, prosseguirá o esforço de investimento nas infraestruturas de transportes cuja ampliação, reforço e modernização condicionam o desenvolvimento do interior do País e as actividades económicas dependentes do comércio externo e do turismo. Terão prioridade os programas rodoviários e de modernização dos aeroportos continentais e das Regiões Autónomas e será apoiada a renovação das infraestruturas ferroviárias nos eixos principais de tráfego:

- Em 1990 estarão concluídos cerca de 3000 km dos itinerários principais e complementares e será prosseguida, até fins de 1989, a ligação por autoestrada entre Braga e Coimbra e, até 1992, entre Braga e Setúbal;
- Até 1989, será concluída a ampliação dos aeroportos do Porto e de Faro, prosseguirá a modernização do de Lisboa e serão tomadas as decisões definitivas quanto à localização do Novo Aeroporto de Lisboa;
- Até 1991 serão efectuadas as primeiras aplicações das grandes velocidades ferroviárias (mais de 160 km/hora) e fixadas as orientações básicas que figurarão a rede ferroviária nacional no próximo século da qual constarão o eixo ferroviário Norte/Sul, as ligações europeias e as linhas sub-urbanas de Lisboa, Porto e Coimbra;
- No sector portuário prosseguirá o esforço de modernização, reequipamento e racionalização dos custos.

A actuação do futuro Governo do PSD obedecerá aos seguintes princípios:

- Será prosseguido o reforço das responsabilidades da Administração Pública local e regional nos domínios do ordenamento e da gestão e controlo dos sistemas e serviços de transportes urbanos e sub-urbanos;
- Procurar-se-á um aumento dos lugares oferecidos e uma diminuição dos custos e será tornado mais atractivo o uso de transportes públicos nas áreas urbanas;
- Será aplicada uma nova lei de Bases dos Transportes Terrestres, desburocratizando e diminuindo, gradualmente, a intervenção administrativa no sector.

O PSD vai promover a renovação das frotas e reforçar a segurança e fiscalização dos transportes. Assim:

- Serão reforçados os incentivos financeiros à renovação das frotas (rodoviária, ferroviária e da marinha do comércio);
- Serão intensificadas as medidas de segurança rodoviária respeitantes ao condutor, ao veículo e às infraestruturas, com especial ênfase na formação escolar, na formação e informação dos condutores, na inspecção dos veículos, no sancionamento das infracções e na fiscalização selectiva;
- Serão igualmente reforçadas, as condições de segurança ferroviária.

### Modernizar as comunicações

O desenvolvimento rápido das telecomunicações tem uma importância fundamental na estratégia de progresso económico e social do PSD. É indispensável criar as condições para um grande esforço de investimento na modernização tecnológica e expansão da rede de telecomunicações, de forma a aproximarmo-nos dos padrões europeus. Este investimento beneficiará as regiões mais desfavorecidas, por isolamento geográfico ou por menor potencial económico, melhorará a qualidade dos serviços e reduzirá os seus preços em termos reais. O acesso aos serviços essenciais será garantido a todos os cidadãos independentemente do seu custo.

A responsabilidade das infraestruturas básicas deverá conformar-se com uma estratégia de desenvolvimento orientada para a satisfação do interesse público. A exploração de serviços de especial valor acrescentado, complementares dos serviços essenciais, deve reflectir os princípios da economia de mercado e, como tal, poderá ser entregue à iniciativa privada.

Em obediência a estes princípios:

- Será adoptada uma política de especialização e autonomização de negócios das actividades das comunicações, no quadro mais adequado;
- Será estimulada a competitividade internacional das empresas produtoras de bens e prestadoras de serviços de telecomunicações;
- Serão actualizadas as normas técnicas de modo a permitir a utilização, pela Radiodifusão Sonora e pela Radiotelevisão, dos novos meios de recepção e de distribuição.

## DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A criação de emprego produtivo e a animação da actividade económica através do aumento do investimento nas diferentes parcelas do território é o objectivo maior da política de desenvolvimento regional do PSD.

A construção de infraestruturas, nomeadamente vias de comunicação e telecomunicações, são, para isso, um instrumento essencial. Mas o PSD está consciente de que as infra-estruturas não são, por si só, suficientes para que o País se desenvolva de modo mais equilibrado.

Há, por isso, que dar a maior das atenções às questões que se prendem com a educação, a formação profissional, a investigação aplicada e a ligação entre as Universidades e os Centros de Investigação e as Empresas. O envolvimento activo das Autarquias, dos agentes económicos das regiões e dos «líderes» formais e informais num trabalho colectivo, onde cada um se sinta empenhado nas tarefas que lhe dizem respeito, mas conscientes de que cada um, a seu modo, está a contribuir, de forma convergente, para ambiciosos objectivos de desenvolvimento da parcela do território onde vive, é essencial para o sucesso duma política de desenvolvimento regional.

O PSD sabe que o sucesso que quer alcançar depende, em larga medida, da forma como os diversos intervenientes se organizam, no sentido de procurar potenciar os efeitos convergentes da acção de cada um. Por isso um Governo PSD será obstinado na busca de soluções institucionais que promovam o concurso e o empenho da mais larga faixa possível de agentes que se co-responsabilizem na execução de Programas Integrados de Desenvolvimento Regional e outros instrumentos de acção integrada.

As reformas que, a nível da administração pública, se promoveram nos últimos meses, facilitam, em larga medida, esta acção.

Portugal aproveitará as possibilidades proporcionadas pela adesão às Comunidades Europeias. O Governo PSD preparará um Programa de Desenvolvimento Regional para Portugal, incluindo as acções, as áreas de intervenção e os instrumentos a pôr em prática com vista a fornecer adequada coerência à estratégia de desenvolvimento regional a prosseguir.

## TRABALHO: DIÁLOGO E CONCERTAÇÃO. MELHORIA DOS SALÁRIOS REAIS

Procurar-se-á promover o diálogo e a concertação sociais a todos os níveis da vida nacional e, designadamente, nas empresas.

Assim, o futuro Governo do PSD propõe-se:

- Melhorar os salários reais dos trabalhadores através das políticas de rendimentos e preços negociadas no Conselho Permanente de Concertação Social e reforçar o papel desse Conselho;

- Melhorar as condições de vida, de ambiente e de segurança no trabalho e a ocupação dos tempos livres dos trabalhadores;
- Reduzir, progressivamente, a duração dos horários de trabalho nas empresas, em conjugação com os aumentos de produtividade, e modernizar a legislação laboral de acordo com as tendências europeias e com a participação empenhada dos parceiros sociais;
- Criar condições de estímulo e incentivo aos trabalhadores por conta de outrem, quer pela atribuição de prémios de produtividade, quer através da participação nos lucros das empresas e no seu capital, designadamente, nas do Sector Empresarial do Estado;
- Reformar e modernizar a Administração do Trabalho reforçando a componente inspectiva e a da higiene e segurança no trabalho, designadamente, através da criação do Instituto de Higiene e Segurança no Trabalho.

#### **Emprego para jovens, mulheres e desempregados de longa duração**

Lançamento de uma política de emprego com particular incidência nos estratos com mais dificuldades no mundo do trabalho: jovens, desempregados de longa duração, mulheres, deficientes e trabalhadores abrangidos pelas reestruturações, reconversões e introdução de novas tecnologias:

- Apoio a projectos de investimento com uma componente relevante de emprego;
- Reforço do apoio às «Iniciativas Locais de Criação de Emprego» em cooperação com as comunidades locais;
- Lançamento de centros experimentais de criação de empresas e apoio às iniciativas de jovens empresários;
- Lançamento de «feiras exposições de empregos» para mostrar aos jovens as profissões actuais e de futuro;
- Inserção dos jovens na vida activa através de contratos emprego-orientação; contratos emprego-aprendizagem; contratos emprego-adaptação e de programas ocupacionais e desenvolvimento dos sistemas de aprendizagem e de formação profissional;

- Apoio aos desempregados de longa duração através de isenção contributiva para a segurança social, programas ocupacionais e prioridade nos programas de emprego e de formação profissional;
- Apoios ao emprego e medidas especiais no domínio da segurança social no âmbito das reestruturações sectoriais e nas regiões de crise, designadamente Setúbal, Nordeste Algarvio e Alentejano, Beira Interior;
- Programas ocupacionais em regiões e em populações afectadas pelo carácter sazonal da respectiva actividade económica, designadamente as do Alentejo, Lisboa e Vale do Tejo;
- Integração dos deficientes na vida activa e social através de acções de pré-profissionalização, de formação profissional e de apoio ao emprego;
- Reafecção de postos de trabalho através de incentivos às aposentações, promovendo a substituição dos aposentados por jovens ou desempregados de longa duração;
- Programas de emprego e formação profissional para os emigrantes e filhos de emigrantes;
- Promoção de acções no domínio do trabalho, emprego e formação profissional visando uma efectiva igualdade de oportunidades no mercado de trabalho entre homens e mulheres.

#### **Formação profissional**

A política de formação profissional, no quadro da gestão global dos recursos humanos virada para a criação e manutenção de empregos estáveis e bem remunerados e para a modernização das empresas e da sociedade portuguesa, implica a redefinição e clarificação do papel do Estado, de acordo com os princípios seguintes:

- Compete ao Estado enquadrar, técnica e financeiramente, as acções realizadas nas empresas e fornecer a formação que nelas não pode ser feita;
- Reforço da capacidade de formação, quer em meios humanos, quer em infraestruturas; preparação de monitores e formadores e implantação de novos centros de formação profissional nas regiões mais carenciadas, em consonância com as suas aspirações de desenvolvimento económico e social;
- Reforço da ligação e articulação entre os Ministérios do Trabalho e Segurança Social, Educação e Cultura e Agricultura, Pescas e Alimentação no aproveitamento integrado das infraestruturas e recursos humanos dos centros de formação profissional, do ensino técnico e do ensino politécnico;

- Reforço de participação dos parceiros sociais na definição e implementação das políticas de formação profissional;
- Aprofundamento preferencial das acções de formação no meio económico e nas empresas;
- Elaboração de uma Lei de Formação Profissional visando o enquadramento da política de formação profissional e uma sólida articulação dos instrumentos operativos e financeiros, designadamente, Fundo Social Europeu e Lei de Formação em Cooperação;
- Revisão da Lei de Aprendizagem por forma a permitir a flexibilidade necessária à obtenção, em simultaneidade, de formação técnica e de um grau escolar;
- Defesa dos interesses portugueses em termos da política de emprego e formação profissional no quadro da CEE, designadamente através da revisão do Fundo Social Europeu e do máximo aproveitamento dos fundos estruturais por meio de uma gestão integrada dos mesmos em Portugal.

### CAPÍTULO III

## **PROMOVER O BEM ESTAR SOCIAL E REFORÇAR A SOLIDARIEDADE**

O PSD quer um Portugal mais desenvolvido, mais justo e mais solidário. Para isso é necessário prestar particular atenção aos mais idosos, aos doentes e aos mais desprotegidos. Com o mesmo objectivo se apostará na dignificação e realização dos portugueses para quem a família e a casa sempre foram lugar primeiro.

O PSD quer um Portugal desenvolvido e por isso não irá desbaratar aquilo com que a natureza nos dotou em termos de ambiente e recursos naturais. Os portugueses devem conhecer as consequências, para o futuro, dos empreendimentos que a nossa geração venha a concretizar.

O PSD quer um Portugal onde se elimine o caos urbanístico, se defendam os solos agrícolas e se extinga de vez, a construção clandestina.

O PSD quer um Portugal onde cada cidadão, como sujeito consumidor, se sinta protegido dos abusos e da falta de escrúpulos de alguns.

O PSD quer, com os portugueses, ajudar a criar um País onde se possa viver com alegria, com bem estar, justiça social e mais solidariedade entre todos.

#### **APOIAR OS IDOSOS E OS MAIS DESPROTEGIDOS**

O PSD irá prosseguir na melhoria do poder de compra, das pensões, abonos e subsídios dando prioridade às camadas sociais mais desfavorecidas.

- Melhorará a fórmula de cálculo das pensões por forma a defender o poder de compra dos pensionistas face à inflação;
- Facilitará o acesso à reforma dos trabalhadores com mais anos de trabalho e mais descontos para a segurança social;
- Introduzirá factores de melhoria das prestações, designadamente do abono de família em função da composição e das condições de vida das famílias;
- Criará, com carácter selectivo, o subsídio de apoio ao início do ano, com o fim de subsidiar as despesas escolares das crianças e jovens;
- Incentivará o acesso aos regimes de reforma antecipada e de pré-reforma.

Para que estas medidas sejam eficazes o PSD propõe-se ainda:

- Redefinir as condições de acesso e dos métodos de cálculo das pensões de invalidez bem como as condições de acumulação de pensões com rendimentos do trabalho;

- Harmonizar a legislação da Caixa Geral de Aposentações e do Centro Nacional de Pensões e rever a legislação do subsídio de desemprego, em harmonia com a alteração da legislação laboral;
- Adoptar um Código de Segurança Social onde cada um possa ver os direitos e deveres dos beneficiários e contribuintes.

### **Trabalhadores serão beneficiados**

Por outro lado, será reformulado o modelo de financiamento da Segurança Social no sentido de acarretar uma menor penalização para os trabalhadores, simplificar-se-á a carga administrativa sobre as empresas e promover-se-á o combate à fraude e evasão contributiva.

O PSD sabe que muito do esforço a fazer no domínio da solidariedade social encontra apoios interessados em centenas de organizações na sociedade portuguesa. Por isso, a actividade do Governo PSD incidirá também na valorização das instituições particulares de solidariedade social, nas associações de socorros mútuos e no voluntariado social.

Para os casos mais graves e destinados a abranger cidadãos em situação de comprovada necessidade, assegurar-se-á um rendimento social mínimo garantido e criar-se-á um serviço de emergência social em todos os centros regionais de segurança social para que actuem, imediata e eficazmente nos casos graves.

Todas estas acções serão desencadeadas porque o Governo do PSD vai continuar a gerar mais riqueza para o País e pautará a sua acção com o pensamento naqueles que, entre nós, são mais desfavorecidos.

### **ACESSO A MELHORES CUIDADOS DE SAÚDE**

Muita coisa tem que ser modificada no que respeita ao nosso sistema de saúde. Consideramos a Saúde uma área altamente prioritária que merecerá do Governo do PSD a maior atenção.

O PSD quer concretizar a efectiva igualdade de oportunidades de todos no acesso aos cuidados de saúde, sejam quais forem as condições económicas de cada um.

O PSD quer a repartição de responsabilidades entre o sector público e privado, livre do preconceito de que o Estado deve ser o único prestador dos cuidados de saúde.

Queremos um sistema viável assente em regras de financiamento que permitam um nível europeu de cuidados de saúde.

Por isso comprometemo-nos a:

- Melhorar a Lei do Serviço Nacional de Saúde, reconhecendo, em particular, a viabilização de alternativas ao próprio Serviço, no quadro das quais se incentivarão os serviços de saúde;
- Fazer todos os esforços no sentido da transformação em verdadeira medicina de família dos cuidados médicos prestados a nível da rede de centros de saúde. Esses esforços situar-se-ão nomeadamente no âmbito da revisão do estatuto e da formação dos médicos de clínica geral, na ligação entre os centros de saúde e os hospitais, do equipamento dos centros de saúde e da informação do público em geral.

### **Melhorar as urgências dos hospitais**

Presidirá a toda a nossa actuação a consciência de que está de facto em causa a viabilização de todo o sistema de saúde, incluindo a resolução do problema das urgências dos hospitais. Assim:

- Ultrapassar-se-á, prosseguindo o que já começou com o Hospital de S. Francisco Xavier, no Restelo, o défice grave de camas hospitalares nas grandes áreas metropolitanas, bem como de pessoal de saúde nas zonas do interior do País, sem descurar as melhorias a conseguir nas unidades já existentes. Para além do esforço respeitante a outras áreas do País, o Governo do PSD avançará com os Hospitais da Amadora-Sintra, de Chelas e de Almada, bem como com a ampliação do Hospital de S. Francisco Xavier;
- Prevê-se ainda a construção do Hospital de Matosinhos e a entrada em funcionamento do Hospital da Prelada na sequência dos esforços de desbloqueamento já concretizados pelo X Governo;
- Procurar-se-á o adequado desenvolvimento e actualização do equipamento dos hospitais centrais;
- Continuará também, em Lisboa e no Porto, o esforço de resolução do problema das urgências.

### **Combater os desperdícios para investir no que faz falta**

A actuação do futuro Governo do PSD terá ainda como objectivos:

- Fazer com que todos os concursos de colocação de pessoal, em especial médico, sejam feitos a tempo e horas e duplicar, imediatamente, o número de alunos nas escolas de enfermagem;

- Pôr em execução a Carta Hospitalar, modificando e melhorando o actual sistema de gestão dos hospitais, no sentido de garantir os interesses dos utentes;
- O financiamento dos hospitais passará a ser feito com base em critérios científicos e rigorosos;
- Descongestionar os hospitais mediante uma política de instalação de lares de acamados, de apoio domiciliário e de garantia do funcionamento dos centros de saúde;
- Continuar o combate aos desperdícios, visando a utilização integral dos meios técnicos e humanos existentes;
- Continuar a devolução às Misericórdias, no âmbito de acordos entre elas e o Estado, de vários hospitais, sempre que aquelas manifestem o desejo de assumir, de novo, a prestação de cuidados de saúde aos cidadãos;
- Criar condições que permitam o acesso ao receituário do Serviço Nacional de Saúde fora dos hospitais e dos centros de saúde;
- Promover a educação para a saúde. A prevenção da doença merecerá uma atenção especial. Serão incentivadas campanhas contra a droga, o tabaco e o álcool;
- Será lançado um programa de assistência materno-infantil, que visará, neste domínio, aproximar os nossos índices de saúde dos europeus;
- Prosseguirá a política de criação de centros especializados no atendimento a toxicodependentes;
- Será posto em execução um plano nacional de luta contra o cancro, em que terão papel importante a prevenção, o rastreio e a montagem de um sistema de registo do cancro;
- Prosseguirão os esforços no sentido de evitar a propagação da SIDA, nomeadamente, no âmbito da informação e da educação sistemática das populações e dos grupos de risco;
- Será posto em execução um programa de transplantes de órgãos com o objectivo de os facilitar.

### A FAMÍLIA: CÉLULA FUNDAMENTAL DA SOCIEDADE

O PSD reconhece a família como elemento fundamental da sociedade portuguesa e assume o imperativo constitucional de definir e de executar uma política familiar, sem prejuízo dos limites da acção subsidiária do Estado, no respeito pelo que às famílias é, e deve ser reservado.

Os grandes objectivos da política de família que o Governo do PSD irá concretizar são os seguintes:

- Proteger a maternidade e a paternidade como valores humanos e sociais eminentes;
- Cooperar com os pais na educação dos filhos;
- Promover a independência social e económica dos agregados familiares e incentivar a solidariedade entre gerações.

### UMA HABITAÇÃO PARA O BEM-ESTAR

A recuperação económica dos últimos dezoito meses permitiu já aumentar, em muito, a construção e venda de casas.

Porque a política económica e financeira do PSD continuará a garantir o crescimento e o progresso económico vai ser possível que cada família portuguesa disponha de uma habitação condigna.

As prioridades da política nacional de habitação, a desenvolver pelo PSD nos próximos quatro anos, são:

- Construir mais casas;
- Garantir o acesso à habitação às famílias de menores recursos e aos jovens;
- Dinamizar o mercado de arrendamento e recuperar e conservar o parque existente.

### Comprar casa será mais fácil

Para construir mais casas o Governo do PSD irá por em prática:

- Uma política de crédito que estimule as famílias portuguesas, residentes ou emigradas, a aplicarem as suas poupanças na aquisição ou construção de casa própria, secundária ou para arrendamento;
- A simplificação dos circuitos administrativos relativos à concessão de crédito;
- A redução do custo da construção, através da normalização da pré-fabricação, da construção evolutiva e de uma política de solos adequada;
- Uma política fiscal que beneficie a construção e a aquisição de casas para habitação permanente e ajustada à evolução do agregado familiar.

### Os jovens serão beneficiados

Para o acesso à habitação por parte dos agregados familiares de menores recursos e aos jovens o Governo do PSD irá:

- Promover a construção de mais casas, apoiar mais quem menos ganha e alojar quem não tem casa, colocando os terrenos do Estado ao serviço de programas de habitação;
- Criar condições para a acção eminentemente social que constitui o acesso à propriedade mediante regimes de poupança comportáveis com os rendimentos das famílias;
- Constituir regimes de apoio à aquisição de casa especialmente orientados para ultrapassar os constrangimentos específicos ao início de vida, no âmbito de uma política global de juventude;
- Fomentar o cooperativismo entre os jovens como alternativa sólida, mais barata e adaptada às suas necessidades.

### Estimular as cooperativas e dinamizar o mercado do arrendamento

O Governo PSD não deixará de ter em conta o seguinte:

- As cooperativas, as empresas privadas e os municípios são os grandes motores da habitação, não só porque melhor conhecem as necessidades existentes e as suas características, como também porque se afirmam pela sua iniciativa, criatividade e capacidade;
- A dinamização do mercado de arrendamento, factor essencial para a melhoria das condições de habitação, para a indispensável mobilidade dos portugueses e para a conservação do parque habitacional, passa necessariamente, pela sua liberalização progressiva, compensando, através do subsídio de renda, as dificuldades das famílias mais débeis;
- Deve o Estado contribuir activamente para a recuperação efectiva do parque habitacional degradado tendo em atenção que mais de 50% do parque arrendado é habitado por pensionistas e reformados;
- Para o sucesso e boa execução da política de habitação definida e optimização do binómio qualidade/custo de construção, entende o PSD, como fundamental, uma indústria de construção civil saudável, competitiva, moralizada, vocacionada e dimensionada para o desafio europeu, o que será alcançado através da revisão do regime de alvarás.

### IGUALDADE DE OPORTUNIDADES PARA AS MULHERES

A igualdade de oportunidades para as mulheres é reconhecida pelo PSD. Mas não basta este reconhecimento na educação, formação profissional, trabalho, emprego, protecção social e segurança social. Há muito a fazer no domínio da informação e sensibilização, tendo em vista a efectiva partilha de responsabilidades familiares e profissionais entre os homens e as mulheres. Por isso, o Governo PSD introduzirá essa dimensão de igualdade em todas as políticas globais que irá concretizar.

### PROTEGER O AMBIENTE E OS RECURSOS NATURAIS

Portugal, com a grande diversidade natural do seu território, contém, em si, sistemas ecológicos de uma riqueza incomparável: o litoral, os sapais, os estuários, as serras cársicas e mediterrânicas, as altas montanhas, como o Gerês ou a Estrela, são disso magníficos exemplos.

Por isso, a política de Ambiente será sempre uma política com uma dupla vertente. Por um lado, é a base de uma política de desenvolvimento equilibrado, sustentada no tempo e valorizadora do património natural que herdámos. Por outro lado, é uma política activa de solidariedade. Solidariedade no tempo e no espaço pois não temos direito de destruir hoje aquilo que é pertença das gerações futuras.

As principais vertentes da política de ambiente do futuro Governo do PSD serão:

#### Combate à poluição — tarefa que se impõe

- Criação do novo sistema de gestão da água. Urge descentralizar e rentabilizar a gestão do precioso recurso que é a água, arcando com a situação degradada em que se encontram os nossos rios e combatendo os flagelos das secas e das cheias. Assim, serão criadas as Administrações de Região Hidrográfica e consolidado o caminho de participação dos utentes que foi iniciado no X Governo. Deverá ser discutida e aprovada uma nova Lei da Água que substitua a de 1919;
- A aprovação de todo o conjunto de leis referentes à qualidade do ambiente e controlo da poluição que se seguem à Lei de Bases do Ambiente e que permitirão, de forma clara, definir os objectivos de recuperação e dizer o que é, ou não, possível na compatibilização das actividades humanas com o ambiente;
- Institucionalização de um Sistema Financeiro de apoio à recuperação de zonas altamente degradadas e que permita, sem ofender a progressiva institucionalização do princípio Poluidor-Pagador, que os agentes

económicos e as autarquias possam investir na despoluição sem serem sujeitos a tensões económicas excessivas;

- Aprovação e institucionalização de um novo sistema de licenciamento menos burocratizado mas mais eficaz e descentralizado e adopção da legislação sobre Estudos de Impacto Ambiental;
- Criação das redes de vigilância do Estado do Ambiente, com recurso a novas tecnologias e ligando-as ao Sistema Nacional de Informação Geográfica;
- Desenvolvimento de uma nova estratégia de gestão dos recursos florestais, tendo como objectivo principal a motivação dos agentes económicos locais para a arborização dos terrenos incultos e abandonados.

### Defender o património florestal

O futuro Governo do PSD propõe-se ainda:

- Fomentar a realização de Planos de Ordenamento Florestal que contribuam para o uso múltiplo da floresta, que aumentem o emprego e o valor acrescentado no ciclo económico da madeira, que ajudem a conservar o solo e a regularizar o ciclo da água e que, finalmente, sejam, por si, um factor fundamental na prevenção dos fogos;
- Criar, de facto, o Sistema Nacional de Áreas Protegidas, dando coerência ao conjunto de Parques e Reservas que possuímos e que deverá ser simultaneamente uma demonstração do que é um processo de desenvolvimento exemplar e onde o equilíbrio entre o Homem e a Natureza deve ser particularmente cuidado;
- Preservar e valorizar o Sistema Nacional de Áreas Protegidas, património único e representativo da nossa identidade como País, o qual deve constituir igualmente o ponto de apoio mais importante para a futura Rede de Educação Ambiental que procurará levar os nossos jovens e os cidadãos em geral à descoberta do País;
- Aprovar e implementar a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza em ligação com a Estratégia Europeia e que visará, não só a protecção das espécies mais importantes da nossa flora e fauna, como dos seus habitats.

### DEFENDER O CONSUMIDOR

O PSD irá pôr em prática uma política de Defesa do Consumidor que vise promover o direito a esta forma de participação e cidadania e que recuse a tradicional equivalência entre cidadão/consumidor e cidadão/alvo passivo de estratégias de publicidade.

Assim, tomar-se-ão as medidas que visem aumentar o nível de conhecimento educativo dos consumidores através de:

- Lançamento de campanhas de formação e sensibilização;
- Publicação de legislação cobrindo novas áreas, sobretudo relacionadas com produtos tóxicos e perigosos e com a garantia de qualidade;
- Implementação do princípio da Responsabilidade Civil do Produtor;
- Lançamento de projectos completos que visem a criação de sistemas de acesso rápido e eficaz à justiça;
- Reforço do combate ao tabagismo através da implementação do Plano de Luta Anti-Tabágica aprovado pelo Conselho de Prevenção do Tabagismo.

### ORDENAR O TERRITÓRIO

O ordenamento do nosso território é fundamentalmente um conjunto de acções contínuas de coordenação de iniciativas por parte da Administração Central e da Administração Local, tendo em vista uma racional e coerente utilização do espaço, que maximize o proveito que todos podemos retirar dos recursos nacionais a curto, médio e longo prazo.

Pressupõe a definição das regras do jogo e o maior zelo no seu cumprimento.

O futuro Governo PSD prosseguirá o trabalho realizado pelo X Governo no sentido da instituição de um quadro legislativo flexível e simples para os planos de ordenamento do território, ao mesmo tempo que zelará pela promoção da realização e entrada em vigor de tais planos bem como pelo seu rigoroso cumprimento.

#### Legislação urbanística será revista

Para isso o futuro Governo do PSD propõe-se:

- Substituir, simplificando e flexibilizando, o regime dos planos directores municipais, gerais e parciais de urbanização por Planos Municipais de Ordenamento do Território;

- Rever o regime legal dos Loteamentos Urbanos;
- Rever o Código das Expropriações;
- Publicar uma nova Lei de Solos;
- Acolher, na legislação nacional, as directivas comunitárias que prevêm a realização prévia e obrigatória de estudos de impacto ambiental;
- Promover a existência de planos supra-municipais de Ordenamento do Território, em ligação com os Programas de Desenvolvimento Regional;
- Criar incentivos ao descongestionamento dos centros urbanos promovendo a fixação de actividades produtivas e de meios humanos na periferia;
- Proteger os solos agrícolas de elevada capacidade bem como as áreas de valor agrícola e ecológico;
- Definir normas conducentes a uma adequada gestão da faixa litoral;
- Publicar a Carta Arqueológica e Histórica de Portugal;
- Criar uma Comissão Interministerial para o Ordenamento do Território que compatibilize as várias intervenções da Administração com reflexo no ordenamento;
- Regulamentar a exploração dos inertes por forma a assegurar a sua exploração racional;
- Reformular a legislação respeitante à publicidade na paisagem;
- Implementar medidas tendentes à racionalização da expansão urbana e rentabilização da ocupação dos solos e das áreas urbanas;
- Elaborar um programa nacional para a recuperação de áreas ocupadas por construções clandestinas;
- Criar incentivos conducentes à elaboração e actualização dos Planos Directores Municipais, por parte dos Municípios;
- Desencadear medidas tendentes ao ordenamento do tempo, complementares em relação ao ordenamento do espaço e apoiar os Municípios na concepção e concretização de programas de reabilitação urbana dos centros históricos.

#### CAPÍTULO IV

### **APOSTAR NOS PORTUGUESES: GANHAR O FUTURO**

Com o Governo Cavaco Silva mudou a imagem do País! Foi nesse quadro de mudança que houve a ambição, a coragem política e a capacidade de pôr em marcha um conjunto de reformas para que Portugal ganhe a modernidade e o futuro: a Reforma do Sistema Educativo, a aposta na Juventude, a promoção da Inovação, da Ciência e da Tecnologia, o desenvolvimento de uma política de Desporto para os anos 90 e a afirmação de uma total liberdade de expressão cultural.

Apostar nos portugueses e, em particular, nos jovens é e continuará a ser o lema do PSD. Por isso propomos um programa ambicioso e inovador. Mas, também, realista e exequível porque já iniciado. E que é necessário e urgente levar por diante.

Portugal não pode correr o risco de ser ultrapassado nas profundas transformações que ocorrem todos os dias. Nós, com os jovens, estaremos na frente para dinamizar o que é novo, o que é progresso e o que é evolução. Vamos continuar a preparar o futuro.

#### **EDUCAÇÃO: O INVESTIMENTO PRIORITÁRIO**

No quadro da Reforma Estrutural da Educação, que concretiza a Lei de Bases do Sistema Educativo recentemente aprovada, o PSD compromete-se a rasgar novos caminhos.

Entre eles:

- A reforma dos programas e currículos escolares, dando-lhes coerência e rigor, adaptando-os às novas exigências da Ciência e da Tecnologia e inserindo-os na matriz cultural portuguesa;
- A aposta na inovação e criatividade, com a introdução de novas tecnologias, de centros de criação artística e científica, de novas formas de ocupação útil de tempos livres;
- A ligação mais íntima ao mundo do trabalho e ao mundo social, pelo desenvolvimento dos ensinos técnico, profissional e politécnico em íntima associação com os sectores produtivos;
- A participação activa dos Pais e da Comunidade na vida da Escola e a maior responsabilização e autonomia da sua gestão.

#### **Qualidade do ensino e da aprendizagem**

Para que se construa a Escola Nova, a Escola do Sucesso, que queremos, é fundamental garantir a qualidade do ensino e da aprendizagem.

O PSD defende, numa linha de coerência com o seu programa e a sua prática:

- A generalização da educação pré-escolar — fonte de sucesso escolar e instrumento de uma efectiva igualdade de oportunidades — através do rápido alargamento da rede de jardins-de-infância;
- A aplicação da nova política de manuais escolares e outro material escolar e criação de «subsídios especiais de material escolar» para as famílias mais carenciadas;
- O combate activo ao insucesso escolar derivado de situações de carência social, através de novos esquemas de Acção Social Escolar e do reforço do acompanhamento em aulas de compensação dos alunos com dificuldades de aprendizagem;
- A construção das escolas e pavilhões desportivos de modo a que nos próximos 4 anos estejam completamente resolvidos os problemas da rede escolar dos ensinos, básico e secundário, incluindo os que resultam do alargamento da escolaridade básica para 9 anos;
- O respeito pelo princípio da liberdade de ensinar e aprender, traduzido no apoio ao Ensino Particular e Cooperativo e a uma mais íntima articulação das redes escolares.

#### **O professor é o agente fundamental da vida da escola**

O professor é o agente fundamental da vida da Escola. Assim o entendeu o PSD ao introduzir melhorias significativas no sistema remuneratório dos professores de todos os graus de ensino.

Queremos ir mais longe. Para os próximos anos preconizamos:

- A aprovação do Estatuto da Carreira Docente do ensino não superior, bem como os estatutos de outros profissionais da educação;
- A plena qualificação e profissionalização dos professores, acabando com as situações provisórias em favor da integração em quadros de vínculo definitivo;
- O estabelecimento de programas de formação contínua como via de enriquecimento científico, pedagógico e humano, envolvendo as instituições de todos os graus de ensino.

#### **Escolarização de todos os portugueses**

Os mais desfavorecidos e os que lutam pela sua valorização serão objecto de particular atenção pelo futuro Governo do PSD. Assim, propomo-nos:

- Alargar e reforçar os meios de formação e integração de jovens deficientes. Promover a integração profissional do deficiente;

- Criar cursos nocturnos de ensino básico e secundário, proporcionando uma escolaridade de segunda oportunidade para os que a não fizeram na idade própria. Desenvolver a educação de adultos, incluindo o combate ao analfabetismo. Apoiar os estudantes trabalhadores;
- Tornar realidade a Universidade Aberta, fonte de acesso ao saber e à cultura.

#### **Mais e melhor ensino superior**

No Ensino Superior queremos, mais e melhor, acelerar o ritmo que já se imprimiu. O PSD compromete-se a fazer:

- A aposta política no ensino superior politécnico;
- A revisão do sistema de ingresso no ensino superior e o seu alargamento para o dobro num período de 4 anos;
- O desenvolvimento da autonomia universitária num espírito de responsabilidade e serviço; o apoio acrescido à investigação científica favorecendo a qualidade e a ligação ao mundo empresarial e à concretização de um plano de investimentos em infraestruturas e equipamentos da Universidade.

#### **JUVENTUDE: UM PROGRAMA PARA AGARRAR O FUTURO**

O PSD dará aos jovens a oportunidade de ganharem o seu próprio futuro. Os social-democratas partem de provas dadas pelo seu Governo para um programa de acção com dez pontos:

##### **Criar mais emprego**

- Prosseguir a política de incentivos fiscais ao primeiro emprego;
- Continuar a apostar na formação profissional dos jovens;
- Alargar e aumentar o ensino técnico e profissional e o sistema de aprendizagem, tendo em conta as realidades regionais;
- Estimular e apoiar a mobilidade profissional;
- Reforçar os mecanismos financeiros de apoio à contratação de jovens.

##### **Criar novos empresários**

- Prosseguir a política de estímulos ao aparecimento de novos empresários e jovens agricultores através do Fundo de Apoio às Iniciativas de Jovens e dos fundos para a agricultura;
- Apoiar o cooperativismo jovem e o associativismo empresarial.

### **Criar novos quadros**

- Mobilizar os jovens quadros, cientistas e investigadores para a modernização do País, continuando a desenvolver projectos como os «ninhos de empresas»;
- Apoiar os jovens inventores e promover estágios, conceder bolsas e promover programas de integração dos recém-formados nas empresas.

### **Criar mais habitação**

- Prosseguir a política de facilitar o acesso dos jovens à habitação, continuando, melhorando e aperfeiçoando o sistema de crédito à aquisição de casa própria;
- Criar incentivos à auto-construção e recuperação de edifícios antigos;
- Apoiar as cooperativas de jovens.

### **Criar novas ocupações nos tempos livres**

- Continuar a desenvolver e melhorar a política de tempos livres e desporto através dos programas ocupacionais de jovens, como OTL, OTJ e Férias Desportivas.

### **Criar meios de combate à droga e à sida**

- Combater o flagelo da droga executando o programa já aprovado (Projecto V. I. D. A. );
- Desenvolver acções de informação e de prevenção quanto à SIDA.

### **Criar meios de evitar a delinquência juvenil**

- Combater as causas de delinquência juvenil, humanizando as condições de detecção do jovem recluso.

### **Criar um novo conceito de defesa**

- Por em prática o Serviço Cívico dos Objectores de Consciência;
- Regulamentar o Serviço Militar Obrigatório na óptica da defesa nacional e da inserção dos jovens na vida activa.

### **Criar um novo turismo jovem**

- Prosseguir a política de turismo juvenil abrindo novas pousadas de juventude e mais parques de campismo;

- Desenvolver os programas, já em curso, de intercâmbio de jovens com os países do Mercado Comum e dos jovens das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

### **Criar mais espaços de participação**

- Reforçar o apoio técnico e financeiro às associações juvenis e de estudantes;
- Continuar a construção de Centros de Juventude, em todo o País;
- Desenvolver a rede nacional de centros de documentação e informação juvenil;
- Criar e equipar mais Centros Infórjovem;
- Reforçar a participação dos jovens e o apoio ao Conselho Nacional de Juventude.

## **DESPORTO PARA OS ANOS 90**

O PSD continuará a pugnar pela concretização da sua política de desporto. Política de desporto... Sim! Política no desporto... Não!

Entendemos ser indispensável continuar a promover o diálogo, a concertação e a cooperação entre as várias entidades ligadas ao desporto para que este seja cada vez mais, um instrumento não só de recreação e de espectáculo, mas fundamentalmente um factor de educação e de cultura do Homem.

A actuação do futuro Governo do PSD basear-se-á nos seguintes princípios:

- Reforço do actual modelo de desenvolvimento desportivo com acrescido apoio e autonomia das estruturas associativas e dos clubes, entendidos como as células vivas e actuantes do tecido desportivo;
- Desintervencionismo estatal a partir da já iniciada alteração e adaptação do sistema desportivo em todas as suas vertentes: — do desporto de recreação ao desporto de alta competição, e, neste, situar com clareza a prática profissional e o espectáculo desportivo;
- Desenvolvimento da política integrada de equipamentos desportivos, com realce para os «contratos-programa», para a criação de infraestruturas desportivas envolvendo o Governo, as entidades ligadas ao desporto, os clubes e, sempre que possível e desejável, as Autarquias e os estabelecimentos de ensino;
- Apoio à criação e funcionamento de Centros de Formação de Praticantes Desportivos na estrutura da Escola, dos Clubes, Associações e Federa-

ções. Preparação de carreiras profissionais do desporto, quer pela via da prática quer pela via académica, e a definição do estatuto do praticante profissional, os seus direitos e deveres, esquemas de seguro e segurança social ajustados, e sua valorização ulterior;

- Recuperação e implantação de um novo espaço desportivo para a Escola e reorganização — com o Sistema Educativo — do tempo desportivo e do desporto na Escola.

### **CIÊNCIA E TECNOLOGIA: INOVAR E VALORIZAR OS RECURSOS DISPONÍVEIS**

O Governo PSD optou decididamente pela via da inovação. Declarou a Ciência e Tecnologia prioridades nacionais, fez o lançamento de importantes Programas Nacionais (por exemplo tecnologias de informação, biotecnologias, ciências e tecnologias marítimas, ciências tropicais, ciências sociais e humanas) e reforçou as actividades de extensão tecnológica.

Dispomos já:

- De um valioso sector do Estado, que convém aproveitar o melhor possível, dignificando a carreira da investigação científica e alargando os seus quadros;
- De um sector de ensino superior dinâmico (o número de doutorados duplicou nos últimos cinco anos) em que as Universidades desempenham um papel essencial e que interessa dotar de meios materiais adequados e ligar, cada vez mais, sem sacrifício da investigação fundamental, ao sector produtivo;
- De um sector de instituições privadas sem fins lucrativos, que fornece uma das fórmulas institucionais mais eficazes para estimular a cooperação das Universidades com as empresas e organismos;
- De um sector de investigação empresarial, cujo desenvolvimento se encorajará por todos os meios, como uma das formas mais eficazes de desenvolver a investigação aplicada.

### **Apoiar fortemente a investigação**

Continuaremos! Assim, o PSD propõe:

- Apoiar fortemente a investigação fundamental, confiando-a sobretudo às Universidades, que será avaliada pelos métodos requeridos pela sua própria especificidade. Quanto à investigação aplicada, não se perderá de

vista a qualidade, mas contar-se-à também, em grande parte, com a sanção do mercado. Daí o interesse de que se reveste a investigação nas empresas, ou subsidiada através de empresas;

- Lançar novas fases do programa Mobilizador de Ciência e Tecnologia e a concessão de incentivos à investigação empresarial, o co-financiamento de projectos de investigação, a elaboração de regulamentos e normas de qualidade, a coordenação de processos de transferência de tecnologia e o apoio ao registo de patentes;
- Promover a formação de pessoal a todos os níveis, a mobilidade intersectorial dos cientistas, a permanente elaboração de uma política científica articulada com as restantes políticas sectoriais, o desenvolvimento de infraestruturas de informação científica e técnica;
- Fomentar o aconselhamento, concertação e esclarecimento e a sensibilização da população, muito especialmente as camadas mais jovens, para a Ciência e Tecnologia;
- Desenvolver a participação de Portugal nos programas europeus e em outros programas de cooperação internacional.

### **CULTURA: TOTAL LIBERDADE DE EXPRESSÃO CULTURAL**

O PSD reafirma o total apoio à liberdade de expressão cultural, entendendo que não compete ao Estado interferir no domínio da criação e da produção culturais. Compete-lhe, sim, criar e reformular estruturas que assegurem aos criadores os necessários meios de expressão e garantam a todos o acesso à produção e à fruição cultural num quadro de liberdade de opções.

Neste sentido, consideram-se a escola e os meios de comunicação social como instrumentos privilegiados para o acesso e difusão cultural. Reserva-se ao Estado um papel de dinamizador da iniciativa cultural, a qual deverá sobretudo provir não da sua directa intervenção, mas das forças autónomas da Sociedade: os próprios criadores, os utentes, as instituições públicas e privadas, as associações, as autarquias.

O desenvolvimento das sociedades não se esgota no desenvolvimento económico. Tem finalidades que o transcendem e que são também de natureza cultural. A adopção de políticas democráticas de educação e cultura sistematicamente prosseguidas são, pois, uma das prioridades essenciais do moderno Estado descentralizado, o qual lhes deverá afectar recursos crescentes.

Para o PSD a criação cultural em Portugal afirma-se no quadro mais vasto do mundo ocidental e, em particular, do europeu. Assim privilegiaremos o apoio ao intercâmbio cultural como forma de divulgar os valores culturais portugueses e de os enriquecer no permanente confronto com os que são próprios de outros povos.

### Transformação da vida cultural da população

O PSD quer continuar a privilegiar medidas estruturais que efectivamente transformem a qualidade de vida cultural da população portuguesa.

Assim, propomo-nos continuar as iniciativas desencadeadas pelo Governo, designadamente:

- As respeitantes à defesa e valorização da língua portuguesa e do papel que ela desempenha num novo relacionamento entre Portugal, o Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa;
- O enaltecimento dos Descobrimentos Portugueses, factor determinante da nossa identidade cultural, conferindo à comemoração dos seus quinhentos anos a devida dimensão;
- A afirmação de uma política de defesa dos valores patrimoniais e do ambiente, quer urbano quer ecológico-natural, entendidos como bens colectivos;
- A execução da política nacional de arquivos já definida, com a consequente criação do Instituto Nacional de Arquivos;
- A instalação do Museu Nacional de Arte Moderna e desenvolvimento de uma política de aquisição de obras de arte;
- A execução de uma política do livro português e da leitura pública;
- O crescente estímulo à criação no campo da música, das artes plásticas, da leitura, do cinema, do teatro e da dança;
- O funcionamento dos mecanismos de solidariedade e responsabilidade cultural dos cidadãos, empresas e instituições, aperfeiçoando a Lei do Mecenato e estimulando o recurso crescente à sua aplicação;
- A criação de estruturas que permitam, de forma persistente, o florescimento da vida cultural e local.